

Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2022

PRO CRIANÇA CARDÍACA
CNPJ: 10.489.487/0001-71



SUMÁRIO

	<u>Páginas</u>
Relatório dos Auditores Independentes	03
Balanço Patrimonial	05
Demonstração do Resultado	06
Demonstração do Resultado Abrangente	07
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	08
Demonstração dos Fluxos de Caixa	09
Notas Explicativas	10

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Administradores do
PRO CRIANÇA CARDÍACA
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do PRO CRIANÇA CARDÍACA ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do PRO CRIANÇA CARDÍACA em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

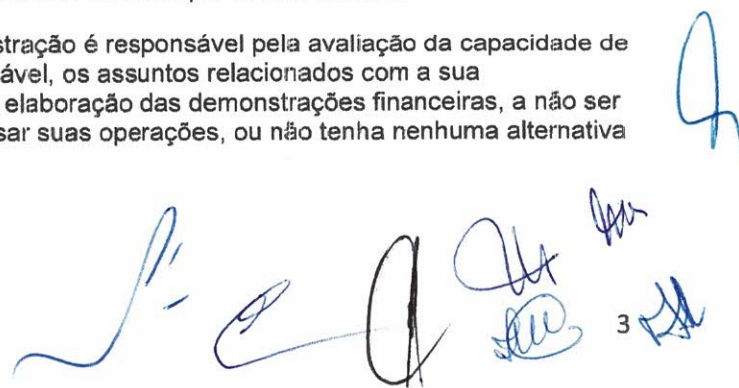
Indeferimento do pedido de renovação CEBAS

Chamamos a atenção ao mencionado na nota explicativa nº 15, correspondente ao indeferimento do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) da Entidade, referente ao período compreendido entre 28 de janeiro de 2019 a 27 de janeiro de 2022. Através do Despacho nº 138, de 15 de abril de 2021 o Ministério da Saúde negou provimento ao recurso administrativo apresentado pela Entidade. Na avaliação dos advogados da Entidade e em razão da jurisprudência favorável do Supremo Tribunal Federal (STF) e da edição da Lei Complementar (LC) nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que entrou em vigor em 17 de dezembro de 2021, a chance de perda do processo de renovação do CEBAS, quanto eventual discussão que tenha por objeto o direito da Entidade à imunidade das contribuições sociais é classificado como possível. No exercício de 2021 a administração optou por reverter a provisão para contingência que vinha sendo reconhecida desde 2020, sendo que não houve mudança do entendimento e na orientação jurídica por parte dos advogados da Entidade, referente ao tema durante o exercício de 2022. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

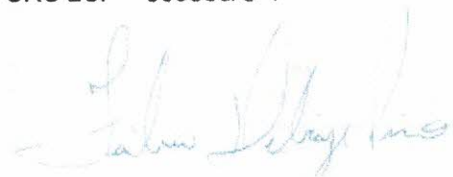
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2023.

Crowe Macro Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP – 033508/O-1



Fábio Debiaze Pino
Contador - CRC1SP251154/O-9



Diego Del Mastro Monteiro
Contador – CRC-1SP302957/O



PRO CRIANÇA CARDÍACA

CNPJ 10.489.487/0001-71


BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

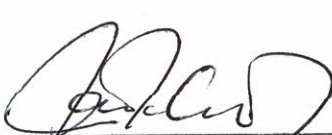
EM REAIS

	<u>NOTA</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE		8.381.868	7.915.583
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4	8.154.683	7.692.130
OUTROS CRÉDITOS		227.185	223.453
ATIVO NÃO CIRCULANTE		64.286.603	98.543.651
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	5	21.942.847	19.564.058
DEPÓSITOS JUDICIAIS		249.046	243.900
PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTOS	6	40.007.625	76.631.642
IMOBILIZADO	7	3.133.644	3.031.193
(-) DEPRECIÇÃO ACUMULADA	7	(1.046.559)	(927.142)
TOTAL DO ATIVO		72.668.471	106.459.234

	<u>NOTA</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE		1.251.652	1.647.919
FORNECEDORES	8	839.598	1.377.940
SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS		358.722	225.531
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS A RECOLHER		53.332	44.448
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		26.985	27.696
CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS	9	26.985	27.696
PATRIMÔNIO SOCIAL	10	71.389.834	104.783.619
PATRIMÔNIO SOCIAL		104.784.619	87.652.794
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		(33.394.785)	17.130.825
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		72.668.471	106.459.234

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Rosa Célia Pimentel Barbosa
Diretora-Presidente
CPF: 174.489.487-68


Paulo César do Rego Monteiro
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF: 007.572.257-72


SEED ACC Consultoria Contábil
e Tributária Ltda.
CRC-RJ 005.845/O-8

PRO CRIANÇA CARDÍACA

CNPJ 10.489.487/0001-71

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM REAIS

	<u>NOTA</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
RECEITA BRUTA		8.400.492	7.042.451
RECEITAS DE DOAÇÃO		3.513.921	2.686.829
DOAÇÃO PESSOA JURÍDICA		2.164.574	904.868
DOAÇÃO PESSOA FÍSICA		1.040.758	1.200.548
DOAÇÕES INTERNACIONAIS		86.870	479.365
DOAÇÕES MATERIAIS		221.719	102.048
RECEITAS DE ARRENDAMENTO	11	4.802.687	4.355.622
RECEITA FIXA		4.675.403	4.279.284
RECEITA VARIÁVEL		127.284	76.338
RECEITA DE VENDA DE MERCADORIAS		83.884	-
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA		(808)	-
RECEITA LÍQUIDA		8.399.684	7.042.451
(-) CUSTOS DOS SERVIÇOS E ATIVIDADES	12	(8.476.472)	(8.056.525)
(-) SERVIÇOS HOSPITALARES E AMBULATORIAIS GRATUITOS	12.3	(5.743.102)	(4.892.177)
(-) CUSTO COM ATENDIMENTOS HOSPITALARES		(2.382.918)	(3.027.775)
(-) SERVIÇOS ESPECIALIZADOS		(300.138)	(99.075)
(-) MATERIAIS E MEDICAMENTOS		(25.227)	(37.498)
(-) CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS		(25.087)	-
(=) DÉFICIT BRUTO		(76.788)	(1.014.074)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS		(4.298.420)	(4.787.843)
(-) DESPESAS COM PESSOAL		(2.118.856)	(2.558.248)
(-) SERVIÇOS CONTRATADOS		(1.359.782)	(1.565.532)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		(700.364)	(555.159)
(-) DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO		(119.418)	(108.904)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		5.535.544	5.962.580
SERVIÇOS HOSPITALARES E AMBULATORIAIS GRATUITOS		4.699.551	4.892.177
SERVIÇOS VOLUNTÁRIOS OBTIDOS	13	803.319	1.048.028
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS		32.674	22.375
(=) SUPERÁVIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		1.160.336	160.663
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		3.300.519	1.147.443
(+/-) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	14	(37.855.640)	15.822.719
(+/-) RESULTADO NO AJUSTE A VALOR JUSTO		(37.549.384)	13.642.091
(+/-) RESULTADO NA ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS		(347.979)	-
(+/-) RESULTADO NA REVERSÃO DE CONTINGÊNCIAS		41.723	2.180.628
(=) SUPERÁVIT LÍQUIDO (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		(33.394.785)	17.130.825

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rosa Célia Pimentel Barbosa
Rosa Célia Pimentel Barbosa
Diretora-Presidente
CPF: 174.489.487-68

Paulo César do Rego Monteiro
Paulo César do Rego Monteiro
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF: 007.672.267-72

SEED ACC Consultoria Contábil e Tributária Ltda.
SEED ACC Consultoria Contábil e Tributária Ltda.
CRC-RJ 005.845/O-8




PRO CRIANÇA CARDÍACA


CNPJ 10.489.487/0001-71

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO EM REAIS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
RESULTADO DO EXERCÍCIO	<u>(33.394.785)</u>	<u>17.130.825</u>
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
(=) RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(33.394.785)</u>	<u>17.130.825</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Rosa Célia Pimentel Barbosa
Diretora-Presidente
CPF: 174.489.487-68


Paulo César do Rego Monteiro
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF: 007.672.267-72


SEED ACC Consultoria Contábil
e Tributária Ltda.
CRC-RJ 005.845/O-8



PRO CRIANÇA
CARDÍACA

PRO CRIANÇA CARDÍACA

CNPJ 10.489.487/0001-71

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL EM 31 DE DEZEMBRO

EM REAIS

	PATRIMÔNIO SOCIAL	AJUSTE DE AVAL. PATRIMONIAL	RESULTADO DO EXERCÍCIO	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	82.869.893	-	4.782.901	87.652.794
INCORPORAÇÃO DO SUPERÁVIT	4.782.901	-	(4.782.901)	-
APURAÇÃO DO SUPERÁVIT DE 2021	-	-	17.130.825	17.130.825
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	87.652.794	-	17.130.825	104.783.619
INCORPORAÇÃO DO SUPERÁVIT	17.130.825	-	(17.130.825)	-
ACRÉSCIMO DO PATRIMÔNIO SOCIAL – LOJA	1.000	-	-	1.000
APURAÇÃO DO DÉFICIT DE 2022	-	-	(33.394.785)	(33.394.785)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	104.784.619	-	(33.394.785)	71.389.834

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rosa Célia

Rosa Célia Pimentel Barbosa
Diretora-Presidente
CPF: 174.489.487-68

Paulo César

Paulo César do Rego Monteiro
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF: 007.572.257-72

SEED ACC

SEED ACC Consultoria Contábil
e Tributária Ltda.
CRC-RJ 005.845/O-8

[Handwritten signature]

Rua Dona Mariana, 40 - Botafogo | Rio de Janeiro, RJ
Cep: 22280-020 | Tel.: (21) 3239.4500 | www.procrianca.org.br

[Handwritten signature]



PRO CRIANÇA
CARDÍACA

PRO CRIANÇA CARDÍACA


CNPJ 10.489.487/0001-71


DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM REAIS

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(33.394.785)	17.130.825
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÕES	119.417	108.902
CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS	(711)	(1.740.563)
RESULTADO DO AJUSTE A VALOR JUSTO	<u>37.549.384</u>	<u>(13.642.091)</u>
	4.273.305	1.857.073
VARIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS OPERACIONAIS		
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS OUTROS CRÉDITOS	(3.732)	7.277
AUMENTO DOS DEPÓSITOS JUDICIAIS	(5.146)	(5.223)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS FORNECEDORES	(538.342)	928.536
REDUÇÃO DOS SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS	133.191	12.783
REDUÇÃO (AUMENTO) DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS A RECOLHER	<u>8.884</u>	<u>(10.107)</u>
(=) FLUXO DE CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.868.160	2.790.339
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
AQUISIÇÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	(2.378.789)	(792.598)
AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTOS E IMOBILIZADO	<u>(1.027.818)</u>	<u>(167.181)</u>
(=) FLUXO DE CAIXA CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(3.406.607)	(959.779)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
ACRÉSCIMO DO PATRIMÔNIO SOCIAL – LOJA	<u>1.000</u>	<u>-</u>
(=) FLUXO DE CAIXA GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	1.000	-
(=) AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	462.553	1.830.560
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	7.692.130	5.861.570
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	<u>8.154.683</u>	<u>7.692.130</u>
(=) AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	462.553	1.830.560

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Rosa Célia Pimentel Barbosa
Diretora-Presidente
CPF: 174.489.487-68


Paulo César do Rego Monteiro
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF: 007.572.257-72


SEED ACC Consultoria Contábil
e Tributária Ltda.
CRC-RJ 005.845/O-8



PRO CRIANÇA CARDÍACA
CNPJ 10.489.487/0001-71

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
EM REAIS**

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Pro Criança Cardíaca ("Entidade" ou "Associação") é uma associação sem finalidade de lucro, beneficente, de assistência social e filantrópica, com âmbito de atuação nacional. Desta forma, as suas finalidades institucionais compreendem a realização das seguintes atividades:

- Promover o atendimento e tratamento médico, cirúrgico, odontológico, psicológico, nutricional e assistencial gratuito para crianças e adolescentes carentes portadores de cardiopatia;
- Promover, apoiar, favorecer e divulgar atividades de assistência social, visando à proteção da infância e adolescência, através do desenvolvimento de projetos de caráter social; inclusive apoiando as famílias das crianças e adolescentes atendidos pela Associação.

A Associação possui filial na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Rua Dona Mariana nº 220 – Mezanino, Botafogo, CEP 22280-020, com o objetivo de viabilizar a venda de produtos do Pro Criança Cardíaca, sejam de fabricação própria ou de parcerias colaborativas, como atividade meio da Associação com a finalidade de arrecadação de fundos para a sua sustentabilidade e cumprimento do objeto social, podendo tal filial atuar em atendimento presencial e/ou via e-commerce.

1.1) Continuidade dos Serviços Hospitalares

Em 21 de dezembro de 2018, a Entidade celebrou o contrato de locação do imóvel onde se instala a unidade de negócio Hospital Pediátrico Pro Criança – Jutta Batista (Hospital); tendo como parte relacionada na transação a empresa Hospitais Integrados da Gávea – Clínica São Vicente (CSV), integrante do grupo econômico da Rede D'Or São Luiz S.A (RDSL).

O contrato de locação tem vigência de 15 (quinze) anos, com início em 01 de março de 2019 e término em 28 de fevereiro de 2034.

Considerando os valores pactuados neste instrumento, a Entidade mantém a sua capacidade de atividades de serviços de saúde, em sua unidade ambulatorial, integralmente gratuitos para os seus beneficiários. Ademais, para os beneficiários que necessitam de cirurgias cardíacas, a pactuação permite também a realização de procedimentos cirúrgicos e exames relacionados, no Hospital, em parte financiados pela CSV.

O contrato de locação do imóvel e de cessão de ônus para exploração econômica do Hospital garante a sustentabilidade econômica de longo prazo da Entidade.

1.2) Abertura filial (Loja)

Em 16 de novembro de 2021, a Entidade obteve a regularização de sua filial, ficando apta e em conformidade para passar a operar no comércio varejista, vendendo produtos da própria Entidade e/ou de parceiros com a renda revertida integral ou parcialmente para o Projeto. A operação efetiva teve início em 08 de março de 2022.

As vendas concentram-se em um quiosque localizado no mezanino do Hospital Pro Criança Jutta Batista, além de ocorrerem em menor proporção também na sede da Entidade e em eventos beneficentes ou solidários aos quais o Pro Criança é convidado a expor seus produtos. A abertura da filial constitui-se parte essencial do planejamento estratégico traçado pela Administração para valorizar a marca da Entidade e ampliar seu poder de captação, junto às empresas e possíveis novos doadores.

2 – BASE PARA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1) Base de Preparação

Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade n°. 2015/ITG2002(R1), que aprovou a interpretação técnica ITG 2002 (R1) - Entidades sem fins de lucros e NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

A Administração da Entidade autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 17 de março de 2023.

2.2) Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção das aplicações financeiras apresentadas a valor justo por meio do resultado. As propriedades para investimento são mensuradas a valor justo.

2.3) Moeda funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do ambiente econômico onde a Entidade atua.

2.4) Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras consideraram fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras, que são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- (a) Estimativa das vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade;
- (b) Análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, como estimativas de probabilidade de perdas para contingências;
- (c) Estimativa de valorização dos atendimentos ambulatoriais; e
- (d) Estimativa de valorização dos trabalhos voluntários ao valor justo.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras e seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social.

3.1) Regime de Competência

As receitas e as despesas são devidamente reconhecidas, respeitando-se o regime contábil de competência. O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos exercícios a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento, pressupondo a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas.

3.2) Segregação de Atividades

As contas de receitas e despesas, com e sem gratuidade, superávit ou déficit, são reconhecidas e apresentadas considerando a segregação de atividades, no que couber.

Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large signature at the top and several smaller ones below, along with a circular stamp containing the number 11.

3.3) Caixa e Equivalentes de Caixa

Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa apenas quando possui vencimento de curto prazo, de cerca de três meses ou menos da data de aquisição.

Ao final de cada período de referência, a Entidade avalia suas aplicações financeiras pelo valor justo e reconhece as mudanças no valor justo no resultado.

3.4) Ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros da Entidade são substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4) e títulos e valores mobiliários (nota explicativa nº 5). Os passivos financeiros da Entidade estão substancialmente representados por fornecedores (nota explicativa nº 8).

A Entidade reconhece um ativo ou um passivo financeiro somente quando tornar-se parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo ou um passivo financeiro é avaliado pelo custo da operação, a menos que o acordo constitua, de fato, uma transação financeira. Uma transação financeira pode acontecer em conexão com a venda de bens e serviços, por exemplo, se o pagamento é postergado além dos termos comerciais normais ou é financiada a uma taxa de juros que não é a de mercado.

3.5) Propriedades para Investimentos

As propriedades para investimentos, cujo valor justo pode ser avaliado de forma confiável, sem custo ou esforços excessivos, são avaliadas ao valor justo a cada ano com as alterações no valor justo reconhecidas no resultado.

3.6) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários (fundos de investimentos) representam aplicações financeiras com utilização restrita e de longo prazo. Tal medida foi tomada com foco na gestão financeira, para constituir e preservar uma reserva de fundos, para lastro em uso de situações operacionais difíceis ou novos investimentos.

3.7) Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas e leva em consideração vida útil e utilização dos bens. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

3.8) Redução ao Valor Recuperável

Em cada data de divulgação, a Entidade aplica o teste de revisão do valor recuperável, para determinar se um item ou um grupo de itens do ativo imobilizado está desvalorizado e, nesse caso, como reconhecer e mensurar a perda pela redução ao valor recuperável do ativo.

3.9) Provisões

Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

12



3.10) Apuração do Resultado do Exercício

O valor do superávit ou déficit é incorporado ao Patrimônio Social e; ainda, o superávit, ou parte de que tenha restrição para aplicação, é reconhecido em conta específica do Patrimônio Social.

3.11) Receitas de Doações

As receitas de doações são variáveis, não existindo um compromisso firmado entre as partes do valor a ser doado e normalmente variam em função do nível de assistência que o doador está disposto a oferecer à instituição. Desta forma, estas receitas são apenas reconhecidas quando a certeza de sua realização, ou seja, são reconhecidas apenas quando do seu recebimento.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

3.12) Serviços Voluntários Obtidos

O trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração e seus conselheiros, no exercício de suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

3.13) Renúncia Fiscal – Imunidade e Isenções Fiscais Usufruídas

A renúncia fiscal relacionada com a atividade é evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse.

A isenção é um tipo de subvenção governamental. Assim como os tributos são despesas reconhecidas na demonstração do resultado, o registro da subvenção governamental que é, em essência, uma extensão da política fiscal, como receita na demonstração do resultado.

A imunidade fiscal (CF, art. 150) ocorre de maneira tácita, pela caracterização de Entidade sem fins lucrativos. Portanto não havendo a obrigação presente pelo alcance da tributação; o reconhecimento contábil não é efetuado para os impostos afastados pela imunidade fiscal.

3.14) Gratuidades

O benefício concedido como gratuidade por meio dos atendimentos médicos, é reconhecido pelo valor do custo efetivamente incorrido. Da mesma forma, é mensurado ao custo, o benefício reconhecido como gratuidade obtida por meio de procedimentos hospitalares realizados.

4 – CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	2022	2021
Caixa	399	615
Banco conta movimento	38.804	22.131
Aplicações financeiras	8.115.480	7.669.384
Total	8.154.683	7.692.130

As aplicações financeiras da Entidade estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

A Entidade tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha, as quais são remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 2019, a Administração remanejou seus excedentes de caixa para um fundo de carteira de investimento, diversificando suas aplicações financeiras.

A Entidade reavaliou sua carteira de investimentos administrada pela JGP Wealth Management, durante o exercício de 2022. Visando melhores rendimentos, esta reavaliação não implicou na redução de liquidez dos investimentos. Visando melhores resultados e a análise do investimento, em 2021 esta carteira foi considerada como fundo de investimento de longo prazo, decisão mantida em 2022.

A carteira é segregada conforme a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Renda Fixa	14.814.004	11.263.815
Multimercado	5.033.100	5.722.123
Carteira Oportunística	993.615	1.554.814
Long Short	722.194	642.778
Renda Variável	383.865	383.917
Outros	(3.931)	(3.389)
Total	21.942.847	19.564.058
Circulante	-	-
Não circulante	21.942.847	19.564.058

6 – PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

As propriedades para investimento são compostas pelos imóveis destinados a geração de renda de aluguéis.

A Administração observa a seguinte hierarquia para estimar o valor justo:

A melhor evidência do valor justo é o preço cotado para ativo idêntico em mercado ativo. Este normalmente é o preço de compra corrente.

Quando os preços cotados estão indisponíveis, o preço de transação recente para ativo idêntico fornece evidência de valor justo, enquanto não houver mudanças significativas nas circunstâncias econômicas ou significativo decurso de tempo desde a ocorrência da transação. Se a Entidade pode demonstrar que o preço da última transação não é uma boa estimativa do valor justo (por exemplo, porque reflete o valor que a Entidade pode receber ou pagar em transação forçada, liquidação involuntária ou venda por dificuldade), ajusta-se o preço.

Se o mercado para o ativo não está ativo e as transações recentes envolvendo ativo idêntico por si só não são uma boa estimativa de valor justo, a Entidade estima o valor justo utilizando uma técnica de avaliação. O objetivo de usar uma técnica de avaliação é estimar qual seria o preço da transação na data da avaliação em uma troca entre partes não relacionadas, motivadas por considerações normais de negócios.

Todos os ativos reconhecidos como propriedades para investimentos nestas demonstrações, estão estimados pelo valor justo utilizando técnica de avaliação suportada por laudo interno.

<u>Descrição</u>	<u>2021</u>	<u>(+/-) Ajuste a Valor Justo</u>	<u>(+/-) Adições e Exclusões</u>	<u>2022</u>
Imóveis – Próprios	878.312	283.234	925.366	2.086.912
Imóvel – Hospital	75.748.569	(37.832.617)	-	37.915.952
Outros	4.761	-	-	4.761
Total	76.631.642	(37.549.383)	925.366	40.007.625

A adição refere-se ao recebimento em inventário, de dois apartamentos em julho de 2022. O primeiro localizado na rua Voluntários da Pátria, no bairro de Botafogo (Rio de Janeiro, RJ) e o segundo na rua Nascimento Silva, no bairro de Ipanema (Rio de Janeiro, RJ).

A exclusão refere-se à venda do imóvel recebido em inventário, do apartamento localizado na avenida Nossa Senhora de Copacabana (Rio de Janeiro, RJ) em outubro de 2022.

7 – IMOBILIZADO

Em 2022, ocorreram a seguintes movimentações nos ativos imobilizados.

Bens em Operação - Custo	2021	(+) Aquisições	(-) Depreciação Acumulada	2022
Terrenos	1.379.261	-	-	1.379.261
Imóveis	299.417	36.496	(35.530)	300.383
Instalações	10.925	-	(2.300)	8.625
Máquinas e Equipamentos	9.164	-	(1.259)	7.905
Equipamentos de Informática	14.969	49.351	(36.010)	28.310
Equipamentos de Comunicação	6.159	751	(1.420)	5.490
Móveis e Utensílios	23.146	546	(12.717)	10.975
Equipamentos Médicos	361.010	15.307	(30.181)	346.136
Total	2.104.051	102.451	(119.417)	2.087.085

A seguir, destacamos o montante de depreciação, reconhecida em 2022, para cada classe de imobilizado:

(-) Depreciação Acumulada	Taxa Anual %	Depreciação 2022
Imóveis	4	(35.530)
Instalações	10	(2.300)
Máquinas e Equipamentos	10	(1.259)
Equipamentos de Informática	20	(36.010)
Equipamentos de Comunicação	20	(1.420)
Móveis e Utensílios	10	(12.717)
Equipamentos Médicos	6,67	(30.181)
Total		(119.417)

7.1) Revisão da Vida Útil

Na alocação do valor depreciável dos itens de ativo imobilizado, a determinação da vida útil foi revisada, considerando os seguintes fatores:

- Uso esperado do ativo. O uso é avaliado com base na capacidade esperada do ativo ou na produção;
- Desgaste e quebra física esperada, que depende de fatores operacionais, como, por exemplo, o número de turnos para os quais o ativo é utilizado, programas de reparo e manutenção e o cuidado e a manutenção do ativo enquanto estiver ocioso;
- Obsolescência técnica ou comercial proveniente de mudanças ou melhorias na produção, ou de mudança na demanda do mercado para o produto ou serviço resultante do ativo; e
- Limites legais ou semelhantes no uso do ativo, tais como as datas de término dos arrendamentos mercantis relacionados.

7.2) Teste de Redução ao Valor Recuperável

A Entidade avaliou a existência de qualquer indicação de que um ativo imobilizado possa estar desvalorizado e não encontrou indicação que se aplicasse ao caso.

8 – FORNECEDORES

Descrição	2022	2021
Procedimentos Hospitalares a Pagar (*)	787.318	1.218.770
Fornecedores a Pagar	28.566	155.498
Cartão de Crédito a Pagar	19.865	3.672
Outras Contas a Pagar	3.849	
Total	839.598	1.377.940

(*) Referem-se as internações e aos procedimentos invasivos necessários aos pacientes da Entidade, realizados no Hospital Pro Criança Jutta Batista, os quais excedem à cota de gratuidade prevista no contrato atípico celebrado entre a Entidade e a Clínica São Vicente (CSV). Estes procedimentos são faturados mensalmente, respeitando os menores preços praticados pela Rede D'Or São Luiz S.A (RDSL) na referida unidade hospitalar e pagos pela Entidade em até 90 dias.

9 – CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS

Em 2022, realizamos a avaliação de nossos riscos contingenciais, com base em fundamentos das jurisprudências já existentes. A avaliação de risco tem por objetivo classificá-los da melhor forma, de acordo com as chances de ocorrência de sua exigibilidade, dentre as seguintes alternativas de classificação: prováveis, possíveis e remotas.

As contingências cujos riscos de perda são classificados “prováveis” são integralmente reconhecidas no passivo.

Com base na opinião de nossos consultores jurídicos, julgamos que há uma causa trabalhista e uma causa cível – oriunda da época da gestão do Hospital – com montante a ser reconhecido como perda em processos judiciais em 31 de dezembro de 2022.

Descrição	2022	2021
Causas Trabalhistas	11.985	27.696
Causas Cíveis	15.000	-
Total	26.985	27.696

Adicionalmente informamos que a Entidade possui o montante de R\$ 2.229.446 correspondente a ações classificadas como perdas possíveis.

10 – PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social da Entidade é composto dos superávits e déficits acumulados das atividades correntes da Entidade, os quais são integralmente aplicados na manutenção de seus objetivos sociais.

11 – RECEITAS DE ARRENDAMENTO

Em 01 de março de 2019, iniciou-se o contrato de arrendamento do imóvel do Hospital; tendo como parte relacionada a Clínica São Vicente (CSV), integrante do grupo econômico da Rede D'Or São Luiz S.A (RDSL).

O contrato de locação tem vigência de 15 (quinze) anos, com término previsto em 28 de fevereiro de 2034.

No exercício de 2022, a Entidade auferiu o total de R\$ 4.802.687 (R\$ 4.355.622 em 2021), referente à receita decorrente deste contrato.

12 – CUSTOS DOS SERVIÇOS E ATIVIDADES

12.1) Gratuidades Concedidas

A mensuração das ações de gratuidades no âmbito da saúde é reconhecida pelo valor do custo praticado.

12.2) Custos da Entidade

Os custos da Entidade se caracterizam pela apropriação integral de todos os gastos (custos diretos, indiretos e despesas operacionais) aos serviços, conforme método de custeio integral. Estes passam a ter um custo total, pois, além dos custos diretos, absorvem também todos os gastos como custos indiretos.

Através do sistema de centros de resultado implantado na Entidade, é possível segregar todos os gastos da sede, isolando especificamente aqueles que se referem efetivamente a atividade fim da Entidade, possibilitando classificá-los como Custo, tais como:

- Consumo de medicamentos, órteses, próteses e materiais especiais;
- Consumo de gêneros alimentícios aplicados na elaboração de refeições dos pacientes;
- Materiais utilizados em exames e no serviço de apoio à diagnose e terapia;
- Valor de honorários médicos vinculados aos atendimentos e procedimentos realizados; e
- Outros valores aplicados em atividades destinadas a assistência social de pacientes.

12.3) Segregação do Custo de Pessoal e com Assistência Social

Através da implantação dos controles por Centro de Resultado, em 2022 foi possível apurar com maior clareza o Custo com Pessoal e com Assistência Social, anteriormente reconhecidos na rubrica Serviços Hospitalares e Ambulatoriais Gratuitos, compondo-se da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Custo com Pessoal	(798.334)	-
Serviços Hospitalares e Ambulatoriais Gratuitos	(4.699.551)	(4.892.177)
Assistência Social	(245.217)	-
Total	(5.743.102)	(4.892.177)

13 – SERVIÇOS VOLUNTÁRIOS DOS DIRIGENTES ESTATUTÁRIOS

A mensuração do serviço voluntário obtido, junto aos membros da diretoria estatutária, considera os mesmos critérios trazidos pela Lei 12.868/2013, prevendo a possibilidade de remuneração bruta num montante até 70% do limite estabelecido para a remuneração de servidores do Poder Executivo Federal.

Descrição	Mensal	2022
Diretora Presidente	19.647	235.759
Diretor Administrativo-Financeiro	27.505	330.060
Serviços Jurídicos Pro-Bono	19.792	237.500
Total	66.944	803.319

14 – OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS

Descrição	2022	2021
Ajuste a valor justo do Imóvel "Hospital"	(37.832.617)	13.552.320
Ajuste a valor justo dos demais imóveis	283.234	89.771
Alienação de imóveis herdados	(347.980)	-
Total	(37.897.363)	13.642.091

15 – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Em 27 de dezembro de 2019, o Ministério da Saúde - MS indeferiu o pedido de renovação do CEBAS para o período compreendido entre 28 de janeiro de 2019 a 27 de janeiro de 2022.

No entanto, considerando as conclusões apresentadas no PARECER TÉCNICO Nº 774/2019-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, a Entidade protocolou tempestivamente o recurso administrativo solicitando a reconsideração por parte da análise técnica do MS. Até o momento desta apresentação, não houve decisão sobre o recurso administrativo interposto.

Considerando que o requerimento de renovação da certificação foi protocolado no prazo previsto no §1º do art. 24 da Lei nº 12.101, de 2009, os efeitos do indeferimento passaram a contar a partir da data de publicação da decisão no Diário Oficial da União, segundo determina o art. 6º, inciso II, do Decreto 8.242/2014.

Conforme avaliação dos advogados da Entidade, a chance de perda do processo de renovação do CEBAS (na medida em que a discussão está diretamente relacionada com o juízo de valor acerca dos documentos apresentados nos autos do processo) quanto em eventual discussão que tenha por objeto o direito da Entidade à imunidade das contribuições sociais é classificado como possível.

Segundo o mesmo, “o processo administrativo de renovação do CEBAS não representa, por si só, uma contingência para o Pro Criança. No entanto, como a legislação ‘exige’ que a entidade seja portadora do CEBAS para reconhecimento da imunidade das contribuições sociais, há um risco em potencial de que venham a ser exigidas determinadas contribuições sociais relativas ao período em que a entidade não detém o CEBAS válido.”

Com isso, no pior cenário, “as autoridades poderiam exigir (i) contribuições previdenciárias (patronal e SAT), (ii) contribuições destinadas a outras entidades (FNDE, INCRA, SENAC, SESC e SEBRAE), (iii) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre as receitas que não decorrerem de atividades próprias e (iv) Contribuição para Programa de Integração Social - PIS à alíquota de 1% sobre a folha de salários (na eventualidade de o Pro Criança não o recolher).”

Porém, mesmo que haja essa exigência, “uma autuação não significa que o Pro Criança terá que imediatamente recolher as contribuições sociais que eventualmente venham a ser exigidas pelo Fisco; ou caso venha a ser lavrado algum auto de infração, o Pro Criança poderá impugná-lo, o que já garantirá a suspensão de todo o crédito tributário eventualmente exigido (sem a necessidade de apresentar qualquer garantia) durante a fase administrativa do processo e, se o desfecho for desfavorável, será possível questionar a cobrança na via judicial.” Atendendo ao princípio do conservadorismo, a Administração da Entidade decidiu reconhecer contabilmente a contingência a partir de 2020, realizando a respectiva provisão, mesmo tendo obtido a classificação de probabilidade de perda “possível” dos seus advogados não havendo, portanto, a obrigatoriedade no reconhecimento da mesma, nos termos do CPC 25.

Em 2021, em razão da jurisprudência favorável do Supremo Tribunal Federal (STF) e da edição da Lei Complementar (LC) nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que entrou em vigor em 17 de dezembro de 2021, determinando que:

“ficam extintos os créditos decorrentes de contribuições sociais lançados contra instituições sem fins lucrativos que atuam nas áreas de saúde, de educação ou de assistência social, expressamente motivados por decisões derivadas de processos administrativos ou judiciais com base em dispositivos da legislação ordinária declarados inconstitucionais, em razão dos efeitos da inconstitucionalidade declarada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade nºs 2028 e 4480 e correlatas” (art. 41).

A Administração optou por reverter a provisão da contingência que vinha sendo reconhecida desde 2020.

Não houve mudança do entendimento e na orientação jurídica por parte da equipe de consultores jurídicos da Entidade, referente a esta questão durante o ano de 2022.

16 – IMUNIDADE E ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

A Entidade é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI alínea “C” e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.



18



16.1) Característica da imunidade

O Pro Criança Cardíaca é uma instituição social sem fins lucrativos e econômicos, conforme previsto no artigo 9º do Código Tributário Nacional e, por isso, imune no qual usufrui das seguintes características:

- A Entidade é regida pela Constituição Federal;
- A imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- Não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária); e
- Não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

16.2) Requisitos para imunidade tributária

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional.

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), onde demonstram:

- Não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (art. 12 do Estatuto Social);
- Aplicar integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art. 5º do Estatuto Social); e
- Manter a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão (art. 40 do Estatuto Social).

17 – COBERTURA DE SEGUROS

A Entidade mantém apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido.

Os seguros têm por objetivo reembolsar, até o limite máximo da importância segurada das quantias pelas quais o Segurado vier a ser o responsável civilmente, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado de modo expresse pela Seguradora, relativas às reparações por danos involuntários pessoais e/ou materiais causados a terceiros, ocorridos durante a vigência deste contrato e que decorram de riscos cobertos.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Entidade que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

18 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os valores de mercado dos principais ativos e passivos financeiros da Entidade foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e equivalem ao seu valor contábil.

Os principais instrumentos financeiros da Entidade são:

- Caixa e equivalentes de caixa – apresentados ao seu valor contábil, que equivale ao valor justo;
- Títulos e valores mobiliários – apresentados ao seu valor contábil, que equivale ao valor justo; e
- Contas a pagar – registrados pelos valores originais, acrescidos da atualização monetária aplicável.

Não existem operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

19 – COMPROMISSOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

Os registros contábeis e as operações estão sujeitos aos exames das autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, durante prazos prescricionais variáveis, consoante à legislação aplicável.



PRO criança
CARDÍACA

20 – EVENTOS SUBSEQUENTES

20.1) Reforma estrutural da Sede

Em janeiro de 2023 uma pane elétrica no quadro de luz da casa – sede da Entidade – chamou a atenção para a necessidade emergencial da reforma elétrica total da casa que funciona como sede da Entidade. A reforma, que abrange os dois pavimentos, teve início em 06 de março de 2023 e tem previsão de término em 24 de abril de 2023, ao orçamento total previsto de R\$ 254.000.

O cronograma da obra foi concebido em etapas, para permitir o remanejamento das atividades assistenciais para o segundo pavimento, de forma que sejam reduzidos os impactos na meta de atendimentos da Entidade. A equipe administrativa foi realocada nas salas do segundo pavimento, para manter suas operações.

Dadas as circunstâncias de obras em andamento na sede da Entidade, a Administração aproveitou a oportunidade para realizar a extinção do vestiário dos funcionários, localizado no segundo pavimento da casa e expansão da copa anexa, visando disponibilizar o espaço adequado aos seus colaboradores para realização de refeições. Esta reforma, no segundo pavimento da unidade, está orçada ao valor total de R\$ 85.700.

20.2) Alienação de Imóveis

Em fevereiro de 2023, a Entidade realizou a venda do imóvel que herdou em julho de 2022, localizado na rua Nascimento Silva, 21, no bairro de Ipanema (Rio de Janeiro, RJ). O imóvel – em 31 de dezembro de 2022, reconhecido ao valor contábil de R\$ 617.159 – foi vendido ao valor de R\$ 870.000. Até a data de publicação destas demonstrações, a Entidade havia recebido apenas parte do valor de venda, totalizando o montante de R\$ 420.000. O restante do valor a receber, foi dividido da seguinte forma: R\$ 270.000 através de financiamento bancário realizado pelo comprador e R\$ 180.000 provenientes de recursos do FGTS do comprador. As chaves foram entregues ao novo proprietário em 03 de março de 2023.

Em março de 2023, a Entidade deu início ao processo de venda do imóvel que herdou em julho de 2022, localizado na rua Voluntários da Pátria, 221, no bairro de Botafogo (Rio de Janeiro, RJ). O imóvel – em 31 de dezembro de 2022, reconhecido ao valor contábil de R\$ 987.351 – foi vendido ao valor de R\$ 500.000, dado o avançado estágio de deterioração do imóvel e a responsabilização do comprador em realizar a reforma necessária ao imóvel que poderia, muito em breve, recair sob responsabilidade da Entidade. Até a data de publicação destas demonstrações, a Entidade havia recebido apenas o valor referente ao sinal da venda, no valor de R\$ 50.000.

Rosa Célia Pimentel Barbosa
Diretora-Presidente
CPF: 174.489.487-68

Paulo César do Rego Monteiro
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF: 007.572.257-72

SEED ACC Consultoria Contábil
e Tributária Ltda.
CRC-RJ 005.845/O-8